

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INQUÉRITO POLICIAL	15
1.1. Teoria.....	15
1.2. Instauração.....	16
1.2.1. Formas de instauração (art. 5º do CPP).....	16
1.2.2. Negativa de cumprimento à Requisição.....	19
1.2.3. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação (art. 5º, §§ 4º e 5º, CPP).....	19
1.2.4. Notícia-Crime ou <i>Notitia Criminis</i>	20
1.2.5. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.....	20
1.2.6. Requisição de novas diligências (arts. 16 e 47 do CPP).....	20
1.3. Arquivamento.....	22
1.3.1. Noções gerais.....	22
1.3.2. Controle do arquivamento do Inquérito Policial ou de peças de informação (art. 28 do CPP).....	24
1.3.3. Arquivamento Indireto.....	30
1.3.4. Trancamento do Inquérito Policial.....	32
1.3.5. Desarquivamento do Inquérito Policial (art. 18 do CPP e Súmula 524 do STF).....	34
1.4. Prática.....	38
1.4.1. Promoção de arquivamento do inquérito policial.....	38
1.4.1.1. Fases de elaboração.....	38
1.4.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas).....	58

CAPÍTULO 2

DENÚNCIA	61
2.1. Teoria	61
2.1.1. Conceito	61
2.1.2. Requisitos essenciais (art. 41 do CPP)	61
2.1.3. Objetividade e afirmatividade da denúncia	65
2.1.4. Denúncias vedadas	65
2.1.4.1. Denúncia genérica x denúncia geral	65
2.1.4.2. Denúncia Alternativa	69
2.1.5. Prazo para oferecimento de denúncia (art. 46, <i>caput</i> , do CPP) ...	69
2.1.6. Aditamento da denúncia	70
2.2. Prática	71
2.2.1. Denúncias	71
2.2.1.1. Fases de elaboração	71
2.2.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	117

CAPÍTULO 3

ALEGAÇÕES FINAIS/MEMORIAIS	157
3.1. Teoria	157
3.1.1. Conceito	157
3.1.2. Espécies	158
3.2. Prática	160
3.2.1. Alegações finais	160
3.2.1.1. Fases de elaboração	160

CAPÍTULO 4

RECURSOS	205
4.1. Teoria	205
4.1.1. Teoria geral dos recursos	205
4.1.1.1. Noções Gerais	205
4.1.1.2. Características	205

4.1.1.3. Efeitos	207
4.1.1.4. Recurso de Ofício (art. 574 do CPP)	208
4.1.1.5. Desvio da Administração Pública no processamento do recurso (art. 575 do CPP).....	209
4.1.1.6. Impossibilidade de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576 do CPP).....	210
4.1.1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577 do CPP)	210
4.1.1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	210
4.1.1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP)	213
4.2. Apelação.....	214
4.2.1. Noções gerais.....	214
4.2.2. Interposição	215
4.2.3. Cabimento	215
4.2.4. Processamento	216
4.2.5. Julgamento	217
4.3. Recurso em sentido estrito.....	218
4.3.1. Noções Gerais	218
4.3.2. Interposição	218
4.3.3. Cabimento.....	218
4.3.4. Processamento	219
4.3.5. Julgamento	220
4.4. Embargos de declaração	220
4.4.1. Noções Gerais	220
4.4.2. Interposição	220
4.4.3. Cabimento.....	221
4.4.4. Processamento	221
4.4.5. Julgamento	222
4.4.6. Outras considerações.....	222
4.5. Embargos infringentes e de nulidade.....	223
4.5.1. Noções Gerais	223
4.5.2. Interposição	223
4.5.3. Cabimento.....	224
4.5.4. Processamento	225
4.5.5. Julgamento	226
4.6. Carta testemunhável	226
4.6.1. Noções Gerais	226

4.6.2. Interposição	226
4.6.3. Hipóteses de cabimento	227
4.6.4. Processamento	227
4.6.5. Julgamento	227
4.7. Agravo em execução	228
4.8. Correição parcial	228
4.9. Prática	230
4.9.1. Razões e contrarrazões de recursos.....	230
4.9.1.1. Fases de elaboração.....	230
4.9.2. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	279

CAPÍTULO 5

AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 315

5.1. Teoria.....	315
5.2. <i>Habeas corpus</i>	315
5.2.1. Noções Gerais	315
5.2.2. Cabimento	317
5.2.3. Transgressão disciplinar.....	318
5.2.4. Competência.....	319
5.2.5. Legitimidades ativa e passiva.....	320
5.2.6. Forma de propositura	320
5.2.7. Rito processual	321
5.2.8. Julgamento	321
5.2.9. Informações adicionais	321
5.3. Mandado de segurança em matéria criminal	322
5.3.1. Noções gerais.....	322
5.3.2. Cabimento	322
5.3.3. Competência.....	323
5.3.4. Legitimidades ativa e passiva.....	323
5.3.5. Procedimento	324
5.3.6. Julgamento	325
5.4. Prática	325
5.4.1. <i>Habeas corpus</i>	325
5.4.1.1. Fases de elaboração.....	325

5.4.2. Mandado de segurança em matéria criminal.....	343
5.4.2.1. Fases de elaboração.....	343
5.4.3. Questões de concursos públicos do Ministério Público (provas discursivas)	352

CAPÍTULO 6

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

6.1. Teoria.....	355
6.1.1. Acordo de não persecução penal	355
6.1.1.1. Noções gerais.....	355
6.1.1.2. Regramento (art. 28-A do CPP)	355
6.2. Prática	357
6.2.1. Acordo de não persecução penal	357
6.2.2.1. Fases de elaboração.....	357

CAPÍTULO 7

PARECER EM PRISÕES CAUTELARES

7.1. Teoria.....	367
7.2. Prisões cautelares e institutos correlatos.....	367
7.2.1. Relaxamento da prisão cautelar	367
7.2.2. Liberdade Provisória.....	367
7.2.3. Revogação da Prisão Cautelar	369
7.2.4. Prisão Temporária.....	369
7.2.5. Prisão em Flagrante	370
7.2.6. Prisão Preventiva	370
7.2.7. Prisão Domiciliar	370
7.2.8. Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão	371
7.3. Prática	371
7.3.1. Parecer em prisões cautelares	371
7.3.1.1. Fases de elaboração.....	371

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	395
----------------------------------	-----